

O PROJETO AXÉ: RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA

Fernanda Gonçalves Almeida*
Inaiá Maria Moreira de Carvalho**

Este artigo analisa a experiência do Projeto Axé, que atende a meninos e meninas de rua em Salvador, capital do Estado da Bahia, e que vem se tornando conhecido nacional e internacionalmente. O texto se reporta à trajetória, às orientações e às práticas do projeto, aos seus êxitos, dificuldades e limitações, refletindo, a partir do mesmo, sobre o papel das chamadas organizações não governamentais no enfrentamento das questões sociais no mundo contemporâneo.

"Não são meninos de rua, são meninos da miséria. Dar-lhes outra denominação que não esta é mistificação. De rua passaram a chamá-los porque eles são a miséria que se torna ostensiva, que sai dos guetos que lhe estão reservados para incomodar, nas ruas, a indiferença que precisa ignorá-los para continuar indiferença. A pobreza é a mesma, mas os que ficam nas favelas e cortiços não são meninos disso ou daquilo, não têm denominação, nem movimentos de proteção ou pretensa proteção. São meninos da desgraça discreta. Logo, não é preciso saber se têm fome ou se estão vestidos, se têm remédios e dormem em uma esteira ou no chão. Ou se foram assassinados". (Jânio de Freitas, Folha de São Paulo, 27.07.1993)

Introdução

A citação que encabeça este artigo é um trecho de uma crônica escrita por Jânio de Freitas na ocasião da chamada Chacina da Candelária, quando sete meninos de rua foram assassinados durante a noite, enquanto dormiam, supostamente por policiais. Embora essa ocorrência tenha provocado indignação e muitos protestos, no Brasil e no exterior, dois anos já se passaram e os responsáveis pela chacina não foram identificados nem punidos. O número de meninos da miséria continua aumentando e suas mortes são freqüentes, expondo uma das faces mais cruéis do desenvolvimento e da sociedade brasileira.

* Pesquisadora do Centro de Recursos Humanos da Universidade Federal da Bahia e Professora da Universidade Católica do Salvador. Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia.

** Pesquisadora do Centro de Recursos Humanos, e Coordenadora de Pesquisa da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal da Bahia. Doutora em Sociologia.

É verdade que com a redemocratização do país, a partir da década de 80, esses problemas tornaram-se o centro de um amplo movimento social em favor da infância e da juventude marginalizadas. Esse movimento obteve algumas mudanças e avanços legais muito significativos, principalmente com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.609/90) em 1990.

As proposições do Estatuto, como se sabe, partiram de uma crítica radical ao velho e falido modelo assistencial-repressivo que embasava as políticas e ações do Estado até então. Definiram a criança e o adolescente como sujeitos de direitos que devem ser respeitados, pela sua condição especial de pessoa em desenvolvimento. Adotaram um conceito de proteção integral que visa esse pleno desenvolvimento através de políticas que garantam o direito à vida, à alimentação, à educação, à saúde, à profissionalização, à dignidade, ao respeito, à liberdade, ao lazer e à convivência familiar e comunitária, entre outros. Atribuíram a responsabilidade pela efetivação desses direitos não apenas à família e ao Estado, mas à comunidade e à sociedade, de uma forma mais ampla. Estabeleceram uma prioridade na formulação e execução de políticas sociais e na destinação de recursos às áreas relacionadas com a proteção à infância e à adolescência e propuseram novas estruturas e modalidades de atendimento, envolvendo a participação de representantes da sociedade na sua definição, implementação e controle.

Mas poucas dessas determinações, de fato, vêm sendo concretizadas. A persistência da crise econômica, o ajuste e a reestruturação produtiva têm agravado os processos de pauperização e exclusão que atingem a maior parte da população brasileira e penalizado ainda mais intensamente o seu segmento infanto-juvenil. Trabalhadores e famílias que antes possuíam uma situação e uma vida relativamente estáveis passaram a engrossar os contingentes de rua, como os novos pobres. E a crise fiscal do Estado e a enorme deterioração do aparato e dos serviços públicos resultaram em um vazio ou na falência de políticas que garantam o acesso aos direitos acima mencionados.

O aparato e as práticas institucionais-repressivas não foram desativadas e, contrariando as tendências e recomendações internacionais, que preconizam a mobilização de todos os recursos para a permanência dessas crianças e jovens em seu meio de origem e o internamento como último recurso, sua utilização permanece freqüente no Brasil. Além disso, o aumento de moradores, crianças e adolescentes nas ruas, o crescimento da violência urbana e o próprio tratamento sensacionalista que os meios de comunicação de massa lhes têm dispensado, vêm reforçando o autoritarismo social, os mitos, o estigma e a violência contra essa população.

Contudo, nesse panorama sombrio, alguns avanços devem ser registrados. Uma organizada e aguerrida militância em favor da infância e da juventude marginalizadas luta continuamente pelo cumprimento das normas legais assinaladas e procura sensibilizar políticos, lideranças, empresários e a opinião pública para a realidade e dimensão dos seus problemas. Algumas cidades começaram a desenvolver programas recreativos e culturais para as crianças e jovens das periferias pobres e a combater a violência que os atinge ou ameaça. Auxílios financeiros a famílias pobres para a manutenção dos filhos na escola começaram a ser implementados em alguns municípios. Finalmente, tem havido uma preocupação especial com os meninos (e meninas) de rua, objeto de vários estudos e pesquisas nos últimos anos e de programas de atendimento inovadores e criativos, como o Projeto Axé, objeto central do presente artigo.

Embora preconceitos e estigmas não tenham sido eliminados, os estudos e pesquisas em apreço derrubaram vários mitos, como o de que as cidades brasileiras estariam povoadas literalmente por milhões de crianças e jovens sem família, abandonados, à beira ou já entregues à delinqüência. Se o total de famílias pobres e indigentes tem, no Brasil, essa dimensão, o número de seus filhos que vão para as ruas não passa de alguns milhares.¹ E, mesmo entre esses, cerca de 80 a 90% convivem com as suas famílias (ou mantêm um contato regular com as mesmas), freqüentam escolas e vão para as ruas em horários determinados, para trabalhar, como em qualquer emprego. Alguns recorrem à mendicância ou a pequenos furtos, mas, de um modo geral, seu envolvimento com grupos ilegais e com a criminalidade é reduzido ou nulo. Contribuem para o orçamento doméstico com parte ou até com a totalidade do que ganham e, quando se aproxima a maioridade, tendem a buscar empregos regulares e com carteiras assinadas. Inclusive porque isto lhes serve de defesa contra a repressão policial.

Nesses casos, que constituem uma absoluta maioria, chamá-los de meninos de rua é uma denominação equivocada. Trata-se, na verdade, de pequenos trabalhadores de rua, que buscam ou criam nesses espaços oportunidades de sobrevivência ou de ajuda à família, em uma sociedade que não lhes dá condições ou perspectivas de uma vida com alguma dignidade.

¹ Em Salvador, por exemplo, uma contagem rigorosa encontrou 15.743 meninos e meninas na rua (essas última em clara minoria), sendo que 73,1% deles trabalhavam e retornavam para casa todos os dias, perambulavam ou esmolavam. Outros mantinham vínculos mais irregulares com as famílias. Mas o grupo típico de meninos de rua, que haviam perdido o contato com suas famílias como resultado da degradação das condições de vida e das relações familiares era de apenas 630, ou seja, 4% do total registrado. Pesquisa realizada pelo IBASE, no Rio de Janeiro, demonstrou que nessa cidade os meninos realmente de rua não chegavam a mil, e um outro levantamento, efetuado em Belém, apresentou resultados similares.

Outros, porém, seguem uma trajetória diversa. Expostos a contatos e influências de toda ordem, premidos pela miséria e pela falta de perspectivas, enfrentando problemas de convivência no âmbito doméstico, entre outros fatores, alguns desses garotos começam a espaçar a volta à casa e à família.² Terminam por abandoná-la e também à escola (quando já não o fizeram), a interagir mais intensamente e a viver nas ruas, em pequenos grupos, fazendo delas seu habitat e lugar privilegiado de reprodução cotidiana. Dormem ao relento, sob as marquises de edifícios, e passam a ser responsáveis exclusivos pela sua subsistência, através de atividades antes assinaladas, sendo explorados e aprendendo também a explorar. Envolvem-se com o uso ou o comércio de drogas ou até enveredam mais claramente pelos caminhos da delinqüência, tornando-se clientes das agências de preservação da ordem pública.

São esses, realmente, os que atingem o último estágio da miséria, perdendo o senso dos limites e das normas de comportamentos socialmente aceitos, degradando-se fisicamente e sendo objeto da violência, com uma expectativa de vida que, como ocorre comumente com os delinqüentes pobres, pode não ultrapassar os vinte e poucos anos. Tais garotos e garotas são a preocupação de um projeto inovador e criativo que tem se destacado em Salvador e se transmitido para outras cidades brasileiras, o Projeto Axé, cuja experiência relataremos na continuação deste trabalho.

O Projeto Axé

O Centro Projeto Axé de Defesa e Proteção à Criança e ao Adolescente é uma organização não governamental criada em junho de 1990 em Salvador, que constitui a terceira maior cidade brasileira e tem uma população de cerca de dois milhões e quinhentos mil habitantes, marcada por uma fortíssima presença negra, pela influência da cultura afro-brasileira e pela enorme pobreza da maioria da sua população. Este projeto foi iniciado com o apoio político e legal do Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua (que formou os seus primeiros educadores), recursos financeiros de uma organização italiana de cooperação com o Terceiro Mundo, a Terra Nova, e uma orientação e influência decisivas do seu idealizador e atual presidente, Cesare di Fiorio La Rocca. Este é um educador italiano com quase 30 anos de trabalho dedicado às questões da infância e da adolescência, uma larga

² Muitas vezes o afastamento da família começa pela dificuldade de transporte e pela distância da casa desses meninos, situadas nas periferias pobres da cidade. E embora não haja determinantes rígidos ou uma tipologia precisa dos que tendem a ficar nas ruas, diversas pesquisas e a observação dos participantes de programas de atendimento a esses meninos indicam que os que alí permanecem são, geralmente, melhor dotados intelectualmente, menos conformados com a miséria de suas famílias ou vítimas de abusos e violências no âmbito das mesmas. Vale lembrar, também que o número de meninas de rua é muito pequeno.

experiência como consultor de organismos internacionais e um vasto conhecimento da realidade brasileira, sobre a qual tem trabalhado.

A denominação do projeto tem uma conotação simbólica, associada às raízes de sua clientela (quase todos negros e mestiços, pois há uma forte correlação entre pobreza e negritude em Salvador) e às pretensões e esperanças dos seus organizadores. No candomblé, a palavra Axé significa o princípio, a força ou a energia que faz crescer e que é transmitida a todos os seres da natureza, assegurando que todas as coisas tenham um vir a ser.

Integrados ao movimento nacional em defesa da infância e da juventude marginalizadas e às orientações que se expressaram no Estatuto da Criança e do Adolescente, os participantes do Axé explicam a presença e o aumento de meninos e meninas na rua, não a partir da visão tradicional da "situação irregular" ou do "abandono" de suas famílias, mas como uma decorrência das condições estruturais da sociedade brasileira. Mais precisamente, da divisão dessa sociedade entre um mundo personalizado, empresarial, da alta tecnologia, do poder e dos direitos, e um mundo dos expropriados, sem pão, sem trabalho e sem direitos, cuja identidade se perde na multidão dos pobres. (Reis, 1993).

Negando que os meninos de rua representem uma categoria sócio-antropológica específica, diversa dos seus companheiros da mesma faixa etária, o Axé considera que aqueles assim denominados constituem, antes, parte desse segundo mundo, crianças sem escola e desprovidas dos seus direitos mais elementares, vítimas de um processo de exclusão extremado, que lhes deixa duas marcas básicas: perdem a característica mais fundamental da infância, a capacidade de sonhar e de desejar, e se tornam crianças sem limites (ou com limites diversos daqueles necessários e aceitos para uma convivência social adequada), na medida em que foram privados do processo de educação necessário para percebê-los e internalizá-los.

A partir dessa perspectiva, o Axé procura desencadear um conjunto de ações solidárias dos incluídos para com os excluídos, como meio de construção de uma cidadania mais abrangente e uma base ética para a vida social. Nas palavras dos seus dirigentes, o Programa se propõe a constituir um instrumento de comunicação, uma mediação entre os dois mundos acima mencionados, optando por uma estratégia de reconstrução da unidade social apoiada na igualdade de direitos, realizando um trabalho que procura superar aquelas marcas, recuperar uma auto-estima reduzida pelas adversidades e construir com esses meninos uma ponte para sua cidadania, com base em alguns princípios e pressupostos.

Alguns desses princípios e pressupostos se reportam aos agentes e responsabilidades desse trabalho. Considerando as suas carências materiais

e culturais, as crianças e jovens das classes populares, e, sobretudo, aqueles que passaram pela experiência traumática da rua, precisam de uma educação de boa qualidade, realizada com muita fundamentação, compromisso e profissionalismo. Por isso mesmo, o Axé não aceita trabalhadores voluntários e tem um enorme cuidado com a seleção e formação permanente dos seus quadros, notadamente no que se refere aos educadores.

Considerando que os processos e conteúdos educativos não podem ser improvisados, o Axé exige desse quadro um grande profissionalismo, assim como a adesão a valores que orientam o programa, como os da solidariedade, justiça social e cidadania.

Compromisso político e capacidade profissional são sugeridos, incentivados e enriquecidos ao longo do processo seletivo e do trabalho institucional, de tal forma que, para os educadores de rua, 25% de carga horária semanal é gasta com discussões, seminários, supervisão, etc. Isto lhes permite uma reciclagem e um crescimento continuados e permanentes, o que a Instituição considera como um direito do trabalhador. Tal reciclagem está orientada principalmente para a análise teórica e para a busca de sua adequação à realidade que deve ser enfrentada e transformada. Além disso, os educadores do Axé recebem remuneração acima dos valores médios do mercado, como incentivo ao seu trabalho e capacitação. Essa política objetiva romper com a acomodação profissional e incentivar os participantes do Programa à construção do seu sujeito, seja pela dimensão de sua responsabilidade político-pedagógica, seja pela satisfação pessoal com o próprio crescimento.

Uma segunda ordem de princípios e pressupostos, os mais fundamentais, dizem respeito às questões político-pedagógicas. O processo educativo do Axé, a sua Pedagogia do Desejo, articula, além de propostas de Piaget, formulações de Emília Ferreiro e Paulo Freire, e ainda algumas contribuições de outros teóricos da educação e de outros campos do conhecimento, conjugadas a elementos advindos da própria experiência do Projeto.

De Piaget, reconhecido epistemólogo suíço, que estudou o processo de conhecimento discutindo a figura do sujeito epistêmico, que é universal e se concretiza através das interações e trocas sociais, o Axé toma a formulação construtivista; o princípio de que o educando é um sujeito da inteligência e do saber, dotado de uma estrutura capaz de aprender conteúdos e construir conhecimentos, alcançando as estruturas racionais superiores, desde que lhe seja proporcionado o ambiente necessário a esse desenvolvimento.

De Emília Ferreiro, educadora argentina, discípula e colaboradora de Piaget, o Axé incorporou o processo de alfabetização sistematicamente pesquisado por ela, que notabilizou-se pela mudança do eixo central da questão educacional latino-americana diante da fantástica evidência do fracasso

escolar. Diante dos alarmantes índices de falência da educação continental, esta educadora propõe uma revolução, substituindo a pergunta de "como se ensina" por "como se aprende", construindo a Psicogênese da linguagem escrita e rompendo as barreiras da pesquisa tradicional da educação.

A contribuição de Paulo Freire à formulação teórica e à prática do Projeto centra-se na questão ética, entendida em seu sentido mais amplo, incluindo sua dimensão estética e política. Na sua visão, o processo educativo deve promover a compreensão do mundo, a integração social e, portanto, a emancipação do sujeito-educando.

A essas noções e princípios somam-se outras formulações inclusive de cunho psicanalítico, que tratam dos desejos do ser, mormente aquelas que se relacionam ao saber, ao conhecer, ao criar, ao se posicionar frente ao mundo. Pois, conforme a percepção do Axé, no processo de aprendizagem entram aspectos afetivos, culturais e políticos, vinculados às tramas sociais. Assim, educador e educando não se confundem com as figuras tradicionais de professor e estudante e sim estão vinculados a um único e indivisível elo de cognoscência e afetividade, que recria o saber num espaço-tempo historicamente dado, sendo, enfim, sujeitos sociais.

Desde os primeiros contactos nas ruas a atitude do educador reflete essa noção, considerando o jovem como sujeito social e político, capaz de emoções e de participar da implementação de seu próprio saber. Dentro da perspectiva construtivista, entendendo a criança e o adolescente de rua como sujeitos da educação, o educador desempenha o papel de estimulador das potencialidades que eles já carregam dentro de si.

Uma consequência central dessa percepção é a de que jamais a criança deve ser alvo de uma educação autoritária, e seus possíveis erros devem ser considerados e utilizados para o alcance da sua maturação. Os fundamentos psicanalíticos, antropológicos, educacionais e políticos que sustentam a prática do Axé, portanto, entendem a bilateralidade entre educador e educando, procurando estimulá-la e estendê-la à participação e interação grupais, na medida em que estabelecem que a educação é, antes de mais nada, fato político-social e, portanto, histórico.

Assim, dentro dos princípios de Piaget que colocam o educando no centro do processo de ensino/aprendizagem e enfatizam a cooperação e as trocas sociais, o Programa reconhece as potencialidades e a experiência dos seus meninos(as) e procura aproveitá-las. Opções e definições de ações e atividades são construídas conjuntamente entre os educadores e os meninos de rua, dentro de uma "Pedagogia da Inclusão", que segundo Carvalho (1995:90), "... também pressupõe que o trabalho a ser feito é um trabalho de construção da cidadania do menino".

Assim, o Axé procura romper com o processo educativo baseado no dualismo desigual, que cristaliza as figuras do professor-informador e do estudante-receptor e repetidor de lições e conduções tradicionais e repressoras. Sua pedagogia procura refletir as necessidades, desejos e sonhos do seu educando, considerando que ele expressa as suas emoções de maneira assistemática e desorganizada, e que cabe ao educador a organização, a sistematização e a devolução ordenada das questões que são inerentes a esses educandos. Na forma como são previstas e feitas tais conduções, o educador funciona como um meio de interlocução dos educandos frente ao saber que a sociedade exige, mas que seleciona os receptores.

O Axé enfatiza a necessidade de universalizar os geradores e receptores do saber, para romper com a dualidade entre os mundos dos excluídos e dos personalizados, tornando-os uno e conforme os modelos dos integrados, ou seja, daqueles que têm acesso ao saber, à expressão e à autonomia. Por isso mesmo, objetivando intermediar a comunicação e a superação do fosso existente entre dois mundos que compõem a realidade brasileira, o Axé é uma entidade bastante aberta, que mantém uma interlocução e uma colaboração amplas com diversos setores da comunidade local e nacional: empresários, políticos e instituições públicas, entidades relacionadas com a questão da infância e da adolescência, grupos culturais (principalmente da comunidade negra) e, de múltiplas formas, com o conjunto da sociedade.

Isto tanto tem objetivos mais concretos e imediatos, de utilização dos recursos existentes na comunidade para viabilizar o atendimento e a educação de suas crianças e jovens (a exemplo dos convênios com grupos culturais que integram o projeto Erê), quanto outros menos tangíveis e de longo prazo. Nesse sentido, pode-se dizer que o Axé também vai às ruas em busca do mundo dos privilegiados, combatendo a sua indiferença e os seus preconceitos e procurando sensibilizá-lo para os problemas da população e das crianças e jovens pauperizados e para o resgate de seus direitos. Como várias outras organizações não governamentais, sua atuação também se orienta para a transformação das representações, valores e costumes em relação a esse contingente marginalizado, dirigindo-se ao conjunto da sociedade para cobrar a sua inclusão e os seus direitos.

Em termos mais concretos, os pressupostos e princípios assinalados se traduzem, hoje, numa série de práticas desenvolvidas conjuntamente com os meninos, acumuladas ao longo dos últimos cinco anos através da discussão e busca de alternativas de resolução dos problemas colocados pela realidade, que configuram uma pedagogia criativa e inovadora. Ela abrange três grandes etapas, denominadas de:

- 1) "Paquera pedagógica", quando se dão os primeiros contactos com os meninos e o início da educação de rua.

- 2) "Namoro pedagógico", quando já se estabeleceu um diálogo e estão se formando vínculos entre o educador e o educando na rua.
- 3) "Aconchego pedagógico", quando o menino já se encontra integrado às atividades do Axé, formulando um novo projeto de vida, o que implica, normalmente, a sua saída da rua.³

Em princípio, o primeiro contacto com os meninos e o êxito da paquera pedagógica não constituem algo fácil. Aqueles que vivem da rua, infratores ou não, interiorizam uma desconfiança muito profunda em relação a tudo e a todos, principalmente quando não fazem parte do seu mundo. Por isso mesmo, os educadores de rua precisam estar bem capacitados para avaliar a realidade desses meninos, associando a compreensão dos processos geradores dessa realidade com o conhecimento de outras experiências e da cultura própria que se estrutura nas ruas. Além disso, eles não vão às ruas para retirar de lá os meninos de uma forma compulsória. Vão, sim, desenvolver um trabalho de educação, na expectativa de que, em um dado momento desse processo, o próprio garoto vislumbrará outras possibilidades, mobilizando-se para a saída das ruas e para um outro tipo de vida.

Daí porque a paquera pedagógica, como o próprio nome indica, representa um jogo de sedução, iniciado com a presença dos educadores nas ruas e praças onde os meninos se encontram. Chegam geralmente em dupla (um homem e uma mulher), quietos e mudos, sem nada fazer a não ser investir na curiosidade dos jovens, que estranham a presença daqueles adultos no seu cotidiano. Até porque eles parecem diferentes daqueles com quem normalmente os meninos têm contacto: policiais, agentes do Juizado de Menores, traficante de drogas, homossexuais à procura de "michês", etc.

A curiosidade tende a resultar em uma aproximação, no início de um diálogo, em brincadeiras... Começa o processo de sedução, que comumente evolui para um segundo momento, o do namoro. Aí os encontros se tornam mais regulares, a confiança se firma e são promovidas diversas atividades, pensadas e levadas a cabo conjuntamente entre o educador e seus educandos: jogos, leitura de histórias, passeios... Os meninos se sentem objeto de atenção, reconhecidos e nomeados, o que para eles é inusitado e muito positivo. O grupo passa mais tempo junto e, gradativamente, começam a ser executadas atividades em espaços fechados.

Desde a fase da paquera até o namoro e o aconchego pedagógico há um processo educativo que envolve uma discussão e uma reflexão permanentes, que ajudam o educando a articular os significados do seu drama

³ Embora essas denominações possam parecer engraçadas e pitorescas, os participantes do Axé não as entendem assim, considerando que elas são cruciais para que se entenda a afetividade que precisa estar incluída no processo de educação.

pessoal e social e a viabilizar os primeiros passos para a recuperação de sua identidade e de sua auto-estima. Há uma religação com a vida, e a partir dos desejos dos meninos surgem diversas demandas, como o da própria saída das ruas.

Isto porque a visão romântica desses espaços como lugar de liberdade, de conquistas e de alegrias, é um mito que não se sustenta. Nas ruas é possível ganhar a vida, acompanhar os movimentos da cidade, passear e brincar. Não existem horários nem patrões e cada um parece dono exclusivo do seu corpo e do seu tempo. Mas sob essa aparência de liberdade e de autonomia também existem a fome, o frio, a agressividade dos competidores, a exploração, a convivência com a face corrupta e violenta dos órgãos de repressão. Uma vida agônica cujo horizonte não passa da sobrevivência imediata, relações sociais onde predomina o individualismo, o medo constante e, no limite, a própria morte. (Ferreira, 1980; Pereira Junior et al, 1992).

Para a maioria dessas crianças e jovens, portanto, a permanência nas ruas constitui uma contingência de sua falta de alternativas, não uma verdadeira opção. Quando os educadores de rua conseguem ganhar sua confiança, na fase do namoro pedagógico, comumente seus desejos se expressam na vontade de sair das ruas, voltar à família, estudar e trabalhar.⁴

O contacto com o Axé representa, assim, uma oportunidade que muitos desejavam, de forma mais ou menos consciente. Por isso mesmo, na fase do namoro surgem diversas demandas, cujo atendimento o educador discute e busca viabilizar com o educando, e que, no seu conjunto, passam a compor um novo projeto de vida. Para que esse projeto se concretize torna-se necessário:

- 1) o atendimento de algumas necessidades básicas do menino, como alimentação, abrigo, atendimento médico (e às vezes psicológico), proteção legal e contra a violência, documentos e algum recurso financeiro, que substitua o que vinha sendo obtido nas ruas;
- 2) a oportunidade de educação da qual eles foram até então privados, com a reconstrução da sua capacidade de sonhar e de desejar, da sua auto-estima, do senso de limites e de outras condições;

⁴ É claro que esse sucesso tem limites, notadamente nos casos daqueles já mais envolvidos com drogas e delinquência, ou inconformados com as condições de inserção social (limitadas e precárias) que estarão ao seu alcance.

O trabalho junto às jovens prostitutas por exemplo, encontra como um obstáculo (às vezes intransponível) a compreensão por parte delas de que a alternativa mais imediata que a sociedade lhes oferece é a de um emprego doméstico, recusado pelos seus baixos salários, pela sua desvalorização social e enorme sujeição.

- 3) sua preparação para a vida e para a cidadania, incluindo uma volta à escola, e, no caso dos adolescentes, alguma formação para o ingresso no mercado de trabalho.

Quanto à primeira ordem de exigências, o Axé vem propiciando aos meninos três refeições diárias, auxílio para transporte e uma bolsa semanal no valor de quatro reais (cerca de quatro dólares) pela participação nas oficinas pedagógicas e nas suas outras atividades, além de um percentual no resultado das vendas daqueles produtos que são comercializados. A necessidade de moradia se resolve, geralmente, com a volta à família. Desmentindo, mais uma vez, os preconceitos e mitos, foi constatado que em apenas 5% dos casos a volta à família é desaconselhada, em decorrência de violências e abusos que se abatem sobre esses garotos. Quando isso ocorre ou eles não têm mais nenhum contacto com a família, os meninos são encaminhados para pensões ou quartos individuais, com o Axé se responsabilizando parcialmente pelos custos, até que eles tenham condições de maior autonomia.

Na maioria das vezes porém, isto não é necessário. Conforme os depoimentos obtidos, famílias completamente desagregadas são muito raras; o comum é que pelo menos um dos pais seja uma pessoa equilibrada e sensata, aberta à possibilidade de volta do filho. Tanto assim que, em 1990, dos 823 garotos contactados que dormiam nas ruas, 768 voltaram a viver com a família. E que um dos indicadores mais significativos do fortalecimento dos vínculos entre o educando e o educador é o convite para que este vá conhecer a casa e a família do menino. Algumas vezes o seu retorno é mediado pelo educador, e há casos de meninos do Axé que passam a liderar suas famílias, reproduzindo com as mesmas o processo de educação por eles experimentado. Além disso, mais recentemente, o Axé passou a desenvolver, também, um programa de apoio familiar.

A aquisição de documentos é outra das solicitações mais comuns, pois a maioria dos meninos não tem ou perdeu seu registro de nascimento, documento indispensável para a sua existência legal e cívica e para a vida social. O Axé cuida de obtê-los junto aos setores jurídicos e aos órgãos oficiais expedidores. As situações de violência e os problemas policiais são acompanhados pela advogada de rua do Axé, que trabalha juntamente com os educadores e com os meninos, fazendo, quando necessário, a mediação com o sistema de administração de justiça. O atendimento médico é realizado através de serviços públicos e privados aos quais o programa está articulado, como centros de saúde e hospitais. Para tratar dos primeiros atendimentos e encaminhamentos de casos de emergência, o Axé dispõe de um médico e de um psicólogo.

A droga é uma questão a ser enfrentada, na medida em que quase todos os meninos fizeram ou fazem uso dela. Maconha e cola de sapateiro, principalmente. Contudo, foi constatado que 90% dos meninos do Axé não chegam a ser tóxico-dependentes. Para tratar disso o Projeto vem desenvolvendo uma ação conjunta com o Centro de Tratamento do Abuso de Drogas da Universidade Federal da Bahia, que dispõe de uma equipe especializada e, conforme a sua própria denominação, tem como orientação evitar a utilização abusiva dessas substâncias, ritualizando o seu consumo.

Quanto ao processo educacional mais específico, aos poucos às atividades de rua vão-se mesclando outras, em ambientes semi-abertos, até chegarem aos espaços institucionais. Nesse processo não há tempo definido. É o tempo do menino que norteia a transferência do espaço aberto para os semi-fechados, até chegar aos institucionais. A educação de rua se dobra com a participação dos meninos (e meninas) nas oficinas pedagógicas, nas atividades culturais do projeto Erê, na alfabetização e volta à escola que constituem o objetivo do projeto Travessia e na preparação para o ingresso no mercado de trabalho destinada aos adolescentes, que é realizada através do projeto Prosseguir. A saída do menino de rua, seu retorno à família e sua participação em atividades e espaços institucionalizados marcam a terceira fase da pedagogia do projeto Axé, a do já referido Aconchego Pedagógico.

Nas empresas Oficinas Pedagógicas, meninos e meninas participam de todas as fases da produção de um determinado bem, e embora exista uma preocupação com a qualidade dos produtos e com a sua aceitação pelo mercado, o fundamental é a formação e a preparação para o mundo do trabalho. Convém salientar que tanto a implantação dessas oficinas como a escolha das atividades produtivas, provêm de discussões coletivas, na qual há ampla participação dos jovens.

Além de uma Fábrica de Papel Reciclado, estão em funcionamento as Oficinas de Estamparia, Serralheria, a Oficina de Idéias (onde as crianças confeccionam brinquedos, utilizando material de sucata) e a Oficina de Moda, a MODAXÉ. Esta última foi implantada com a participação de dois estilistas italianos que colaboram com o projeto, e se inspira nos alegres motivos da cultura afro-brasileira de Salvador. Todas essas oficinas associam o lúdico à necessidade de ampliar a concentração, reforçar a coordenação motora e o equilíbrio emocional, formar novos hábitos e comportamentos.

Já o Projeto Erê (criança em iorubá) engloba a Oficina de Instrumentos, a Oficina de Máscaras, a Oficina de Dança, o Teatro, Música, a Capoeira, a Escola de Circo, e as Bandas Mirins, entre outras atividades. A participação nessas atividades e a questão cultural são intensamente privilegiadas pelo Axé enquanto dimensão integradora, considerando que as linguagens

artísticas podem desempenhar um papel fundamental na recuperação da auto-estima e de um sentimento comunitário nessas crianças, assim como um reordenamento pessoal capaz de fazer face à experiência desagregadora da rua. Principalmente porque a forte influência africana que caracteriza a formação e a cultura de Salvador, como já foi mencionado, marca profundamente tanto o sistema de crenças quanto o universo lúdico dos meninos de rua. Além disso, os grupos dedicados à preservação dessa cultura possuem uma grande experiência de trabalho com crianças, pois é assim que realizam, tradicionalmente, seus projetos de reprodução cultural.

Como assinalam os integrantes do Axé, ao participar desses projetos, os meninos (e meninas) passam a compreender o sentido dos limites impostos pelo próprio princípio dos grupos afros, onde a hierarquia (definida por méritos) é respeitada por todos os seus componentes, que aceitam esse verticalismo, reconhecendo nele o princípio da autoridade sem autoritarismo. Isto é crucial para o processo de educação em apreço e para que os meninos assumam hábitos e comportamentos novos e diferentes daqueles aprendidos na rua, onde a ausência de fronteiras os deixa sem referências para conviver comunitariamente. Além disso, a integração nos grupos antes mencionados, articulando o lúdico com a necessidade de concentração, do cumprimento de normas grupais e do desenvolvimento de habilidades motoras, leva, também, à descoberta de talentos e potencialidades insuspeitadas. No circo, nas bandas ou nos desfiles, eles se sentem belos, fortes, capazes de se expressar com harmonia, de produzir algo que seja avaliado positivamente pelos outros. E tudo isto contribui de modo muito positivo para a reconstrução de suas identidades, para a estruturação de novos hábitos e comportamentos, para a obtenção de reconhecimento por suas próprias famílias e por outros segmentos da sociedade, sinalizando melhores alternativas para o futuro. (Reis, 1993 e Carvalho, 1995).

Segundo depoimentos coletados, as famílias vão mudando a imagem conceitual desses garotos, que, mais maduros e conscientes, começam a impor respeito; não querem mais andar sujos, identificam-se, agora, não mais como meninos de rua, mas como meninos do Axé, e colocam novas exigências para os educadores. Destacam-se, entre elas, a de educação e a de profissionalização. É interessante como os meninos expressam o desejo de estudar e trabalhar, mas sem qualquer menção de uma volta à escola, o que não ocorre por acaso. Embora mais de 70% dos garotos integrados nas atividades do Programa fossem analfabetos ou semi-analfabetos, a grande maioria já passou pela escola e guarda dessa passagem uma experiência de fracassos e traumas.⁵

⁵ Como exemplo desse fenômeno pode ser citado o caso de um dos meninos que trabalhava na Oficina de papel reciclado, e que lá foi indagado sobre o que pensava enquanto picotava o papel. Sua res-

Por isso mesmo foi instituído o chamado Projeto Travessia, que cuida inicialmente de alfabetizar esses meninos, o que ocorria geralmente em um período de três meses, e de desenvolver neles sobretudo o prazer de conhecer, o gosto pelos questionamentos e pela busca de respostas. Dentro dos princípios construtivistas, a alfabetização é entendida como uma criação individual e coletiva do saber, estimuladora do espírito crítico, tornando o menino mais capacitado a compreender o mundo em que vive e dar melhores respostas às suas questões e condições. Como já foi mencionado, há um respeito pelo tempo individual e específico de cada um e o Axé lida, também, com as eventuais idas e voltas, insistindo em um processo de contínua "reescrita", sem nunca fechar as portas a quem foi objeto de exclusão. Depois da alfabetização, a tentativa é fazer os meninos voltarem para o ensino público regular, que o Axé não pretende substituir. Mas isso não constitui um processo fácil.

Como já foi mencionado, esse sistema encontra-se extremamente degradado, nada tem a ver com a realidade e as necessidades desses meninos, e tanto os rejeita como por eles é rejeitado. Até porque a pedagogia construtivista e de inclusão do Axé não encontra correspondência nas práticas das escolas públicas e no despreparo e desmotivação dos seus professores para escutar, entender e acolher seus educandos. Tentando contornar esse problema, a equipe do Axé procura matricular seus meninos em algumas escolas públicas de qualidade menos precária, realizando, também, um acompanhamento e trabalho junto aos professores e diretores dessas escolas para viabilizar a integração desejada. Algumas vezes os professores e diretores terminam se interessando pela pedagogia do Axé, e passam a interagir também com o Programa.

Mais difícil que essa volta à escola é a questão da profissionalização, buscada para aqueles que completam os 16 anos. A orientação do Axé é encaminhá-los para o mercado de trabalho formal, estabelecendo convênios com empresas públicas e privadas que oferecem, ao jovem, uma jornada de seis horas, um salário mínimo, vale transporte e refeições. A expectativa é que eles possam ser treinados para o exercício de alguma profissão, e, idealmente, até contratados pelas empresas.

posta foi de que se lembrava da antiga escola, onde a professora gritava e o expulsava da sala, e ele saía pelos corredores, rasgando as suas provas... Esses e outros motivos levaram o programa a ampliar, mais recentemente, o período de alfabetização para seis meses, capacitando melhor o educando para enfrentar a volta a escola e para dar maior segurança à sua maturação político-emancipatória.

Contudo, essa é uma meta raramente alcançada,⁶ em virtude dos estreitos limites do mercado de trabalho formal em Salvador, onde o desemprego aberto atinge a quase 10% dos que tentam obter um primeiro emprego; da reação empresarial às novas leis reguladoras do trabalho juvenil, que os obrigam a respeitar os direitos trabalhistas e previdenciários dos jovens empregados em termos de equivalência com os adultos, tentando evitar a substituição dessa mão-de-obra por um contingente com maior experiência porém mais barato, desorganizado e submisso, e, também, de outras condições adversas, que serão apontadas em páginas posteriores.

Um outro problema, mencionado pelo Coordenador Pedagógico do Projeto, reflete a força de uma ideologia enraizada e do preconceito contra o trabalho manual, que perpassa toda a sociedade brasileira, e atinge também os jovens das classes populares. Socialmente, há toda uma desvalorização de determinadas profissões operárias, como a de pedreiro, eletricista, serralheiro, etc., e os meninos incorporam esses valores, ainda que o exercício de alguns desses ofícios possa assegurar melhores ganhos do que certas profissões que exigem conhecimento acadêmico. Essa ideologia também é alvo de uma desmistificação por parte do Axé, junto aos meninos e aos demais setores sociais.

Algumas Considerações Finais

Relatada ao longo das páginas anteriores, a experiência do Projeto Axé suscita algumas reflexões sobre o papel das chamadas organizações não governamentais no enfrentamento da crise e das questões sociais, no caso do Brasil e do mundo contemporâneo.

Como se sabe, essas organizações têm sido objeto da atenção de diversos estudiosos (ver, por exemplo, Fernandes, 1994), que se reportam à existência e à relevância de um "terceiro setor" nas sociedades contemporâneas, dotado de uma relativa autonomia e operando com uma racionalidade e formas de atuação específicas em relação ao mercado e ao Estado. Se a esfera do mercado se orienta por uma racionalidade instrumental que visa ao lucro, segundo a lógica da acumulação, e a esfera do Estado por uma racionalidade instrumental de luta pelo poder político, visando à hegemonia e ao controle dos mecanismos de dominação, o terceiro setor seria marcado por uma racionalidade que é sobretudo ética, valorativa e comunicativa. Pois,

⁶ Em uma parceria com a Construtora OAS, o Axé conseguiu que alguns dos seus adolescentes fossem qualificados para ocupações da construção civil que independem de uma maior escolaridade, como eletricitas e carpinteiros. A experiência foi bastante exitosa, os meninos recebem um cuidado e tratamento especiais e se revelaram como excelentes trabalhadores. Mas essa não é uma situação comum na trajetória do Projeto, apesar dos esforços dos seus executores.

com essa expressão tem se designado um conjunto de iniciativas nascidas no âmbito da sociedade civil, de caráter particular mas com um sentido público, que vêm atuando sobre questões sociais a partir de um estilo flexível e descentralizado e de um apelo à consciência moral das pessoas, ressaltando valores como a fraternidade, a solidariedade, a responsabilidade social, a participação e a cidadania.

Como uma organização não governamental de características e êxito pouco comuns, integrando-se nesse chamado terceiro setor, o Axé tem acumulado uma experiência bastante significativa. Ao longo dos seus cinco anos de existência o pequeno grupo inicial ampliou-se para uma equipe de 173 funcionários, 39 deles cedidos por órgãos públicos estaduais e federais. Mais de três mil crianças e jovens de rua foram atendidos, e, no presente, cerca de mil deles frequentam as oficinas e as demais atividades do Axé. Muitos desses meninos e meninas construíram novos projetos de vida; voltaram para as suas famílias e para a escola, e, embora a sua pobreza não chegasse a ser superada, desfrutam, agora, de outras e melhores condições de vida e de dignidade.

As orientações teóricas e valorativas, a flexibilidade do projeto e a criatividade e dedicação dos seus responsáveis, contando com uma equipe de educadores capacitados e reforçados para entender o universo da rua e dos que lá se encontram e motivados para mudar essa situação, viabilizaram a elaboração de propostas e modalidades do atendimento bem mais eficazes e adequadas que as tradicionalmente empregadas para a "recuperação" dos meninos e meninas de rua. Até mesmo em termos financeiros, pois, como outras organizações não governamentais, o Axé levou para o campo do trabalho social preocupações com custos e eficiência, até então, estranhos à cultura do serviço público e associados à iniciativa privada. Por isso mesmo, o custo mensal per capita das crianças atendidas é de aproximadamente oitenta dólares, 83% deles gastos diretamente com os educandos. Incluindo três refeições, roupas, alfabetização, transporte e uma bolsa semanal em dinheiro, para suprir o que os garotos obtinham nas ruas, esse custo é muito inferior ao verificado em órgãos públicos de atendimento e internamento e em outras instituições.

Conforme já foi visto, a partir dos princípios de Piaget, Emília Ferreiro e Paulo Freire, as práticas adotadas pelo Projeto envolvem um conjunto complexo de procedimentos, que perpassam tanto a esfera individual e personalizada quanto a dimensão coletiva, com suas marcas e ritmos próprios. O reconhecimento dessas marcas e ritmos e o respeito aos garotos como sujeitos da elaboração de saber crítico, promotor da sua autonomia e da sua integração, tem se revelado cruciais para a reconstrução das suas estruturas mentais e emocionais e das suas identidades, viabilizando a busca de pro-

postas concretas para a superação dos problemas enfrentados por essas crianças e jovens e da sua extremada exclusão.

Por outro lado, propondo-se a "uma reconstrução da solidariedade social" e se colocando como "ponte entre os excluídos e os integrados", o Axé também desenvolve uma ação frente ao conjunto da sociedade, objetivando a afirmação de princípios éticos e de cidadania, com transformações na cultura, valores e atitudes em relação à infância e à adolescência pauperizadas e marginalizadas, e procura despertar uma responsabilidade social para um enfrentamento dos seus problemas, com ênfase naqueles contingentes que se encontram nas ruas.

Nesse sentido, integrando a rede de organizações governamentais e não governamentais que atuam na área da proteção à infância e adolescência no Brasil, o Axé está ligado ao Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, ao Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência (que financia ações e programas específicos e participa da orientação técnica do Axé), à Pastoral do Menor da Igreja Católica, ao Fórum de Defesa da Criança e do Adolescente e ao Pacto pela Infância, este último voltado para articular as ações dessas diferentes entidades. Participa do Conselho Municipal e do Conselho Estadual da Criança e do Adolescente e, na Câmara de Vereadores, está presente em todos os eventos que se reportam à defesa e à proteção da juventude. Atua conjuntamente com o Juizado da Infância e da Adolescência, que credencia e fiscaliza o trabalho de rua, com o Ministério Público e a Polícia Civil e Militar, (no sentido do combate à violência que se abate contra os meninos e meninas de rua), entre outros órgãos públicos.

Nessa atuação junto à sociedade, na colaboração com os órgãos acima mencionados e no seu trabalho mais direto e cotidiano, o Axé vem contribuindo para desfazer as idéias preconcebidas e intolerantes em relação aos meninos de rua, como a das sua periculosidade, da ausência da família ou da responsabilidade principal dessa família por um problema que resulta, acima de tudo, da exclusão social e de outras determinações mais amplas da estrutura da sociedade brasileira. E, sobretudo, vem construindo e provando a viabilidade de uma pedagogia capaz de oferecer aos filhos dessa exclusão alternativas para a sua redescoberta e para a sua reinserção crítica e competente no mercado de trabalho e na vida social. Essa pedagogia não se propõe a ser um modelo, até porque isto seria incompatível com os princípios construtivistas que orientam o Projeto. Contudo, é inegável que ela estruturou uma condução educacional dinâmica, que muito contribuiu para os êxitos constatados.

A experiência do Axé desfruta, atualmente, de reconhecimento local, nacional e internacional. Em 1993, o Projeto ganhou o Prêmio Criança da Fundação ABRINQ para os Direitos da Criança, e o Prêmio Criança e Paz da

UNICEF. Nos últimos meses de 1995, recebeu visitas e apreciações muito elogiosas das primeiras damas dos Estados Unidos e da Alemanha, senhoras Hilary Clinton, e Christiane Herzog. Seu presidente, Cesare La Rocca, recebeu o título de Cidadão Honorário de Salvador, a Condecoração Ordem do Mérito Educativo do Ministério de Educação e Cultura e a Condecoração Ordem do Rio Branco da Presidência da República do Brasil.

Além disso, o Programa hoje dá consultoria e forma educadores de rua para vários Estados do Brasil e para alguns outros países, e vem orientando experiências de atendimento a crianças de rua de iniciativa tanto pública quanto privada. Matéria da Folha de São Paulo (10.11.95, p. 3-4), por exemplo, noticia a criação da Fundação Projeto Travessia, com o objetivo inicial de atender a mil crianças de rua do Centro da cidade de São Paulo, inspirada na experiência do Projeto Axé e reunindo, em uma parceria até então inédita, empresários e sindicatos para a sua manutenção. Em Salvador, as propostas do Axé vêm subsidiando tecnicamente um programa desenvolvido pela Prefeitura Municipal, denominado Cidade Mãe, que acolhe 700 jovens em oficinas educativas em dois bairros populares da cidade. Embora de implantação muito recente para que seus resultados possam ser devidamente avaliados, essas oficinas procuram evitar a ida de crianças e jovens para as ruas e prepará-las para o ingresso no mercado de trabalho através de uma formação profissionalizante, que abrange o aprendizado de técnicas de reparação predial e de eletrodomésticos, costura industrial, artesanato, artes plásticas e informática.

Contudo, não existem apenas êxitos a serem constatados. O Axé também enfrenta limitações e problemas, notadamente no que se refere à sustentação financeira das suas atividades e às possibilidades de uma reinserção social de sua clientela.

Enquanto as entidades e serviços estatais são financiados por impostos compulsórios, as atividades e serviços do terceiro setor dependem, em grande medida, de doações voluntárias, motivadas por imperativos éticos e morais de se importar com os outros. Como já foi mencionado, o Axé foi implantado com recursos de uma organização filantrópica italiana, e ao longo desses anos tem contado com recursos da UNICEF, da Save The Children, da Diakonia, da Organização Internacional do Trabalho e de órgãos públicos, federais, estaduais e municipais. Algumas vezes sob a forma de espaços, equipamentos e pessoal cedidos temporariamente ao Projeto. A diversificação de fontes é buscada continuamente pelos seus dirigentes, inclusive porque há limitações legais e burocráticas ao uso de verbas públicas para o pagamento de salários dos funcionários de organizações não governamentais, e é nessa área que o Axé está mais a descoberto.

A obtenção de outros e mais diversificados financiamentos, porém, não constitui uma tarefa fácil, até mesmo porque a filantropia não faz parte da cultura empresarial brasileira. Como assinala Fernandes (1994), nos países da América Latina, a presença de um Estado populista que assumia plena responsabilidade pelo bem estar do povo (embora, de fato, não o assegurasse) e uma cultura que encara a filantropia e a generosidade como uma questão individual, afastaram as empresas de assumirem responsabilidades no campo social.

Ainda assim, até maio de 1995 a folha de pagamentos e os encargos sociais do Axé vinham sendo custeados por um pequeno grupo de empresas baianas, sensibilizadas pelo objetivo e pela metodologia inovadora do Programa. Contudo, com a persistência da crise econômica brasileira e as dificuldades financeiras associadas ao processo de ajuste, essas empresas deixaram de colaborar. O Projeto passou a acumular um déficit mensal de cerca de 125.000 dólares e, após três meses dessa situação, a sua própria extinção teve que ser cogitada.

Essa hipótese provocou uma certa mobilização pela sustentação financeira do Axé que envolveu artistas, publicitários, algumas empresas e a própria sociedade mais ampla. Com isso foram obtidos recursos emergenciais para o pagamento de dívidas e das despesas mais imediatas, mas sem assegurar, ainda, uma sustentação mais permanente. O Programa vem se esforçando para obter uma auto-sustentação através da venda dos produtos elaborados nas oficinas, a exemplo das confecções da MODAXÉ. Mas essa alternativa, se exitosa, não se viabilizará antes de meados de 1996.

Por outro lado, se o trabalho com as crianças tem melhores condições de sucesso, são mais difíceis e de resultados incertos os esforços do Axé para uma reintegração social dos adolescentes que se aproximam da maioridade (18 anos), na medida em que isto supõe sua integração ao mercado de trabalho. Restrito e seletivo ao longo de toda a história brasileira, esse mercado vem se tornando ainda mais excludente nos últimos anos, em função da crise e do ajuste econômico e das transformações estruturais que acompanham os processos de globalização e reestruturação produtiva em curso, reduzindo os postos de trabalho. Acresce que esse mercado exige, agora, um novo perfil de trabalhador (com níveis elevados de qualificação e de educação formal, versátil, polivalente) e os meninos do Axé são, ainda, prejudicados por preconceitos e estigmas que atingem os pobres, os negros e, principalmente, os que passaram pela experiência de viver nas ruas do Brasil.

Isto coloca em pauta as relações entre o mercado, o Estado e o terceiro setor, com algumas questões que devem ser ressaltadas. Até porque, a crise econômica e o crescimento da pobreza na América Latina vêm sendo

acompanhados pela perda de credibilidade e pela deteriorização dos serviços públicos, assim como por propostas de políticas neo-liberais que enfatizam os mecanismos e a dinâmica do mercado e uma redução drástica do papel e das funções reguladoras do Estado. Nesta perspectiva, experiências como a analisada podem ser tomadas como uma "prova" da incapacidade intrínseca do Estado, levando a propostas de terceirização de serviços e da sua substituição por organizações e iniciativas privadas, até mesmo em algumas áreas sociais.

Contudo, se o mercado regula a dinâmica e a expansão das oportunidades econômicas, não é na sua esfera que se produz a segurança e a solidariedade social, nem a generalização da cidadania. E se organizações como o Axé podem dar origem a propostas criativas, inovadoras e mais adequadas no tratamento de determinadas questões sociais, seu alcance não deixa de ser localizado e parcial, e seus recursos, normalmente, limitados. Programas dessa ordem são importantes, sobretudo, no sentido do que Habermas denomina de um "assédio" ao poder administrativo, desempenhando um papel crítico, questionador e propositor em relação às ações e políticas governamentais.

Na verdade, a noção de um terceiro setor só tem sentido como complementar ao primeiro e ao segundo, e a crítica aos modelos estatizantes não se completa enquanto não se recupera o valor positivo do Estado e de suas funções. Serviços públicos de organizações como a aqui estudada, dispersos por mil iniciativas, só poderão ter um maior significado se interagirem positivamente com macro-intervenções públicas agenciadas pelo Estado. Nesta perspectiva, a participação ativa de dirigentes e técnicos do Axé em Conselhos e movimentos de proteção à criança e ao adolescente e a sua colaboração com a Prefeitura de Salvador no Programa Cidade Mãe são bastante positivas.

Pois se a difusão das práticas do Axé pode atenuar, em termos emergenciais, os problemas de um determinado segmento dos meninos da miséria - aqueles que vivem na rua - é evidente que são indispensáveis políticas de emprego e renda, de educação, saúde e profissionalização, entre outras, direcionadas aos milhões de meninos da "desgraça discreta" e às suas famílias, tão descurados nos dias atuais. Só assim se poderá pensar no alcance do objetivo final do projeto Axé, explicitado por sua equipe de educadores: deixar de existir, por ter se tornado absolutamente desnecessário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVIM, Maria Rosilene e VALLADARES, Lícia do Prado.
1988 *Infância e Sociedade no Brasil, uma análise da Literatura. Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, ANPOCS, Rio de Janeiro, Vértice, p. 3-37.
- CARVALHO, Inaiá M^a. Moreira de.
1995 *Direitos legais e direitos efetivos (Crianças, Adolescentes e Cidadania no Brasil). Revista Brasileira de Ciências Sociais* São Paulo, Vértice/ANPOCS, outubro, p.127-142.
- CARVALHO, Inaiá M^a. Moreira de e ALMEIDA, Fernanda M^a. B. G. de.
1994 *Os jovens no mercado de trabalho: o caso dos convênios de Salvador*. Brasília, Ministério do Trabalho/PNUD, 110 p.
- CARVALHO, Marco A. C.
1995 *Pedagogia de rua. Bahia: Análise & Dados*, Salvador, CEI, v. 4, n. 4, p. 89-100, março.
- CENTRO PROJETO AXÉ DE DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Centro de Formação. Dossiê - Projeto Axé.
- ESTATUTO da Criança e do Adolescente - Lei nº 8.069/90, de 13 de julho de 1990.
- FAUSTO, Ayrton e CERVINI, Rubem (org.).
1991 *O trabalho e a rua. Crianças e Adolescentes no Brasil urbano dos anos 80*. São Paulo, Cortez.
- FERNANDES, Rubem César.
1994 *Privado, porém público. O Terceiro Setor na América Latina*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará.
- FERREIRA, Rosa M^a. Fisher.
1980 *Menores de rua. Valores e expectativas de menores marginalizados em São Paulo*. São Paulo, Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, CEDEC.
- FERREIRO, E.
1987 *Alfabetização em processo*. Tradução de Sara C. Lima e Maria do Nascimento, São Paulo: Cortez/Autores Associados.
- FERREIRO, E. (org.).
1990 *Os filhos do analfabetismo*. Propostas para a alfabetização escolar na América Latina. Tradução de Maria Luiza Marques Abaurre, 3^a ed., Porto Alegre: Artes Médicas.
- FERREIRO, E., TEREROSKY, A.
1986 *Psicogênese da língua escrita*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- FREIRE, Paulo.
1967 *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- FREIRE, Paulo.
1977 *Cartas à Guiné-Bissau*. Registro de uma experiência em processo. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- LA ROCCA, Cesare di Fiorio.

- Histórico*. Salvador,: Centro Projeto Axé de Defesa e Proteção à Criança e ao Adolescente, in mimeo.
- MARTINS, José de Souza (org.).
1993 *Massacre dos inocentes*. A criança sem infância no Brasil. São Paulo, 2ª ed., Ed. HUCITEC.
- OLIVEIRA, Juarez de (org.).
1993 *Estatuto da Criança e do Adolescente* (Lei nº 8.069, acompanhada de disposições especiais sobre menores). São Paulo, 3ª ed., Saraiva.
- PEREIRA JÚNIOR, Almir, BEZERRA, Jaerson e HENRIQUE, Rosana.
1992 *Os impasses da cidadania. Infância e adolescência no Brasil*. Rio de Janeiro, IBASE.
- REIS, Ana Maria Bianchi dos.
1993 **O Axé da Bahia**. Salvador: Centro Projeto Axé de Defesa e Proteção à Criança e ao Adolescente, mimeo.
- RIZZINE, Irene (org.).
1993 **A Criança no Brasil Hoje. Desafio para o 3º milênio**. Rio de Janeiro. Ed. Universitária Santa Úrsula.
- VILLANOVA, Valda.
1993 **Projeto Axé**. Síntese da Proposta. Salvador: Centro de Defesa e Proteção à Criança e ao Adolescente, mimeo.